



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**ATA Nº 09**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24/04/2012**  
**(Contém folhas)**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereador:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO DE 24/04/2012

#### ATA Nº 09

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 09 de abril de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

----- A ata da reunião extraordinária do dia 17 de abril de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

### 1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

#### 1.1 - Agradecimento

----- Foi presente uma carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a agradecer o apoio do Município com a atribuição de um subsídio no valor de 60.000,00 €, tendo em conta que atravessamos uma fase de tempos tão difíceis. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 1.2 – Liga Portuguesa Contra o Cancro

##### - Peditório Nacional a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro – 2012

----- Foi presente uma carta da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a comunicar que irá promover o seu peditório nacional nos dias 1, 2, 3 e 4 de Novembro do corrente ano, pelo que solicita a colaboração do Município no sentido de facilitar a atuação do Grupo de Voluntariado Comunitário, nomeadamente na distribuição dos cofres pelas freguesias e lugares do concelho. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente informou o restante Executivo, do seguinte:-----

----- Que, de acordo com a informação do Engº Pinto de Sousa - Técnico do controlo da produção das Barragens do concelho, a partir de Seia - vão proceder ao esvaziamento de uma grande parte da Barragem de Alto Ceira, devido à transferência das válvulas de fundo para a Barragem nova. Já foi dado conhecimento do facto à empresa de Truticultura e ao Presidente da Junta de Freguesia de Fajão. O processo será feito lentamente, mas convém estarmos de sobreaviso, tendo já sido informados os Bombeiros de Pampilhosa da Serra sobre essa situação. -----

----- Que, seguidamente, vai reunir com representantes do BES – Banco Espírito Santo, S.A., para debaterem a questão da cobrança da faturação de água; -----

----- Que, também vão ter uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta e com os funcionários dos Pontos +, sobre a questão da TDT. -----

----- Informou que já estão a proceder ao levantamento da identidade das pessoas do concelho que recebem menos que o ordenado mínimo nacional, para que possam beneficiar das condições especiais que foram criadas para apoio à implementação da TDT caso a caso e que, de acordo com os elementos que lhe foram divulgados, a aquisição de um kit poderá ficar quase gratuito.-----

----- Informou sobre a reunião que teve na PT, com o Presidente da ADXTUR, Dr. Paulo Fernandes, que é também o Presidente da Câmara Municipal do Fundão e com o Vice-Presidente da Câmara de Penela, os três na qualidade de representantes da Direção da ADXTUR, no sentido de saber qual seria a forma de resolver o problema da TDT com as aldeias do xisto, assunto este que já vinha sendo discutido e objeto de notícias nos jornais. Após terem resolvido parcialmente a questão da TDT relativamente às aldeias do xisto, também abordou o problema que se prende com a situação da Pampilhosa da





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Serra. -----

----- Seguidamente e de acordo com os elementos fornecidos pela PT e pela ANACOM, deu a conhecer os valores do custo dos equipamentos e os valores dos apoios a conceder, nos casos que se apresentem necessários, bem como dos mecanismos existentes e dos que será necessário implementar para que o acesso à TDT possa cobrir a totalidade do concelho. -----

----- Manifestou a sua indignação por entender que toda esta situação carece de legalidade, dado que foi retirado às pessoas um serviço, com carácter social, sem que tenha havido uma base legal sustentável, e que agora as pessoas tenham de pagar para reaver aquele serviço. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

#### 2.1.1 - 2ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012

----- Foi presente a 2ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012, no valor de 232.000,00 € e 732.000,00 €, respetivamente. -----

----- Após análise dos documentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.2 - Apoio à Freguesia de Unhais o Velho, pelo fornecimento de lenha ao pré-escolar de Malhada do Rei - Protocolo

----- Tendo em conta que, dadas as condições demográficas e geográficas do concelho de Pampilhosa da Serra, existe ainda a modalidade de educação pré-escolar itinerante, atualmente com um Pólo de atividade em Malhada do Rei, na freguesia de Unhais-o-Velho; sendo, portanto, necessário assegurar que a sala afeta ao seu funcionamento, detenha uma qualidade ambiental interior saudável e confortável, fundamental para o bem-estar e a produtividade das crianças que o frequentam.-----

----- Pelo exposto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder apoio





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

financeiro no valor de 160 € (cento e sessenta Euros) à Freguesia de Unhais-o-Velho, destinado a compartilhar o fornecimento de lenha, para aquecimento da sala afeta ao funcionamento do pré-escolar itinerante de Malhada do Rei, durante o ano letivo de 2011/2012, mediante protocolo. -----

----- Mais deliberou, conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 2.2.1 - Ata de Abertura de Propostas para a Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa

----- Foi presente a Ata de Abertura de Propostas para a Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, do seguinte teor: -----

----- “ Aos doze dias do mês de Abril do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Pampilhosa da Serra, pelas catorze horas e trinta minutos, em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia catorze de Fevereiro do corrente ano, reuniu o Júri do Procedimento designado para o efeito e constituído por Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, intervindo neste ato como Presidente, Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, intervindo neste ato como Vogal e Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, intervindo neste ato como Vogal, a fim de proceder ao ato público de abertura das propostas, entradas nos serviços da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, no âmbito do concurso tendente à adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto à albufeira da barragem de Santa Luzia. -----

----- Pelo Senhor Presidente do Júri foi então declarado estarem abertos os trabalhos, eram catorze horas e trinta e cinco minutos. Seguidamente os elementos do Júri verificaram que não deram entrada, nos serviços desta Câmara Municipal, quaisquer propostas para adjudicação da cessão de exploração do café/bar do Casal da Lapa. Assim, o Júri deliberou por unanimidade declarar o presente concurso deserto e desse facto dar conhecimento ao Órgão Executivo Municipal. -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, foi declarada encerrada a sessão, pelo que se exarou a presente ata, que vai ser datada e assinada pelos membros do Júri.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar.-





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.2 – Abertura de Concurso para Adjudicação da Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa** **- “Bar da Cal”, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta que o concurso aberto, na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 14/02/2012, para a cessão de exploração do café/bar “Bar da Cal”, sito junto à albufeira da barragem de Santa Luzia, ficou deserto; -----

----- Considerando que importa reformular as condições de adjudicação da cessão de exploração do café/bar em causa e respeitar os prazos legais de abertura e tramitação do concurso para adjudicação do mesmo, sugere-se que se proceda à abertura do referido concurso, nos termos e condições constantes do Aviso, Programa de Concurso e Cadernos de Encargos que se anexam à presente. -----

----- Mais se propõe que o Júri do Procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

----- Presidente: Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; Vogal: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior; Vogal Suplente: Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, Chefe de Gabinete.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, a abertura do referido concurso nos termos constantes do Aviso, Programa de Concurso e Caderno de Encargos, bem como a constituição de Júri do Procedimento, proposto. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.3 – Pedido de renovação da cessão de exploração do Edifício de Apoio de Praia do Vilar**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “Considerando o teor do ofício, subscrito pelo Senhor Carlos Manuel Nunes Lopes, onde solicita a renovação, por mais 1 ano, da cessão de exploração do Edifício de Apoio de Praia do Vilar, cumpre informar: -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O contrato que titula a cessão de exploração do Edifício de Apoio de Praia, localizado junto da praia fluvial do Vilar, celebrado em 22/07/2010, dispõe na sua Cláusula Terceira que: -----

----- “ A cessão de exploração tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feita pelo período de um ano, renovando-se, a requerimento do Segundo Contraente (ora requerente) com uma antecedência mínima de três meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Primeiro (Município), por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de três anos, se qualquer dos Contraentes não o denunciar nos termos previstos na Cláusula subsequente.” -----

----- Pelo exposto, tendo em conta que o requerente tem a sua situação regularizada, no que respeita ao pagamento do valor devido pela cessão de exploração do edifício em causa; -----

----- Considerando que o prazo, estipulado contratualmente, para requerer a renovação do contrato foi cumprido, parecem estar reunidos os requisitos para a Câmara Municipal, querendo, anuir na renovação do contrato em questão, por mais um ano. ”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.4 - Transferência de responsabilidades para as Juntas de Freguesia, no âmbito da Educação - Denúncia de Protocolos**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando que, na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 7 de Outubro de 1998 (cuja certidão se anexa), foram celebrados Protocolos de Cooperação com as Juntas de Freguesia do Concelho (conforme cópia anexa), no sentido de proceder à transferência de algumas competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, no âmbito da Educação; -----

----- Constitui objeto dos Protocolos então celebrados a atribuição de contribuição financeira (neles especificada em função das escolas e das salas de aulas, à época em funcionamento) às Juntas de Freguesia, tendo as mesmas assumido todas as responsabilidades relativas a pequenas reparações em jardins-de-infância, escolas primárias e telescolas, fornecimento de lenha e produtos e utensílios de limpeza; -----

----- Passado mais de uma década sobre a referida deliberação e a consequente celebração dos Protocolos em questão, verifica-se que os mesmos, se mantêm em vigor por nunca terem sido denunciados, apesar da realidade se ter alterado significativamente. -----

----- E assim é porque, os jardins-de-infância, escolas e telescolas neles elencados deixaram de estar em funcionamento (exceção única feita ao pré-escolar itinerante da Mallhada do Rei) e isso





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*parece constituir, de per si, motivo suficiente para que se proceda à denúncia dos referidos Protocolos, que ora se sugere, salvo V/melhor opinião.” -----*

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a denúncia dos referidos Protocolos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - OBRAS PÚBLICAS

##### 3.1.1 - Mandato Administrativo para entidade agregadora \_ Central de Compras

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ O Conselho Executivo do Pinhal Interior Norte, deliberou, em reunião de 25 de Outubro de 2011, aprovar a constituição da CC-CIMPIN enquanto entidade agregadora dos Municípios que a integram, mediante deliberação de cada um dos executivos camarários, ficando assim a CC-CIMPIN devidamente habilitada para fazer os convites e realizar os leilões eletrónicos em todos os procedimentos concursais por si realizados ou por outras Centrais de Compras de adesão voluntária como a Agência Nacional de Compras Públicas. -----

----- Paralelamente o conselho Executivo do Pinhal Interior Norte deliberou, em reunião de 07 de Março de 2012, aprovar o modelo de funcionamento do Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte, um portal informativo de cotações do Pinhal Interior Norte com a finalidade de realizar consultas e negociações conjuntas com economias de escala e utilizando uma ferramenta de acesso aos fornecedores, promovendo-se assim uma maior concorrência, transparência e potenciando melhores condições comerciais para as entidades integrantes da Central de Compras do Pinhal Interior Norte. -----

----- A Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CC-CIMPIN) foi instituída ao abrigo do disposto nos artigos 260º a 261º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de Janeiro e no DL 200/2008, de 9 de Outubro, em que a principal atividade consiste na celebração de acordos quadro, designados por contratos públicos de aprovisionamento, com vista à futura celebração de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis pelos municípios integrantes. -----

----- Através de mail registado em 11/04/2012 sob o nº 1620, a CIMPIN veio apresentar uma proposta de mandato administrativo para constituir a citada CIMPIN como entidade agregadora





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

no processo da Central de Compras. -----

----- Após análise, entendem os serviços técnicos de obras propor o seguinte: -----

1. Aderir à Central de Compras do Pinhal Interior Norte e autorizar que a CC-CIMPIN, em nome do Município, se possa constituir como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desempenhar a função de representante das entidades adjudicantes, para fazer os convites e realizar os leilões eletrônicos ao abrigo dos acordos quadro por si assinados, ou por outras Centrais de Compras como a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP); -----
2. Aderir ao Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte e autorizar que a CC-CIMPIN, em nome do Município, se possa constituir como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desenvolver o Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte e desempenhar a função de representante das entidades dos municípios, para fazer as consultas e negociações no âmbito do Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte. -----
3. Seja aprovada a proposta de mandato administrativo anexa e dados poderes ao Senhor Presidente da Câmara para o subscrever em nome e representação do Município. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

1. A adesão à Central de Compras do Pinhal Interior Norte e autorizar que a CC-CIMPIN, em nome do Município, se possa constituir como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desempenhar a função de representante das entidades adjudicantes, para fazer os convites e realizar os leilões eletrônicos ao abrigo dos acordos quadro por si assinados, ou por outras Centrais de Compras como a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP); -----
2. A adesão ao Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte e autorizar que a CC-CIMPIN, em nome do Município, se possa constituir como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desenvolver o Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte e desempenhar a função de representante das entidades dos municípios, para fazer as consultas e negociações no âmbito do Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte. -----
3. Aprovar a proposta de mandato administrativo anexa e conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para o subscrever em nome e representação do Município. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### 3.1.2 - Aquisição de fornecimento de eletricidade a que corresponde ao lote agregado nº 5: Baixa Tensão Especial ( BTE ) e Média Tensão ( MT ) ao abrigo do Acordo Quadro ( AQ-ENE-2011 ), para o fornecimento de eletricidade em regime livre para Portugal Continental

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em reunião ordinária da Câmara Municipal em 13/12/2011, foi aprovado o mandato administrativo que obrigava a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte a negociar em nome do Município o fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial ( BTE ) e Média Tensão ( MT ) ao abrigo do Acordo Quadro ( AQ-ENE-2011 ) celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. -----

----- Através do mail registado sob o nº 1669 em 13/04/2012, a CIMPIN enviou o relatório final constante da ata nº 4, datado de 10/04/2012, onde é proposta a adjudicação ao concorrente EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. pelo valor total de 702.209,40 € a que acresce IVA à taxa legal em vigor e as tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil. -----

----- Do montante global acima referido, e de acordo com as estimativas de consumo do Município de Pampilhosa da Serra que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, cabe ao Município de Pampilhosa da Serra o montante de 33.304,81 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e das tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil. -----

----- Após análise do citado relatório final que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, verifica-se que o mesmo está de acordo com o preconizado nos critérios de adjudicação previstos, pelo que é entendimento dos serviços técnicos de obras e urbanismo que o mesmo merece aprovação, devendo a adjudicação ser efetuada ao concorrente EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. pelo montante de 33.304,81 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e das tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil. -----

----- Mais se informa que o prazo de vigência do contrato é o que consta do artigo 4º do caderno de encargos e da proposta da EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. e que é de 12 meses após a sua assinatura. -----

----- O processo encontra-se devidamente instruído e a decisão final de adjudicação é da competência do executivo da Câmara Municipal. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, devendo a adjudicação ser efetuada ao concorrente EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. pelo montante de 33.304,81 €, acrescido de





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

IVA à taxa legal em vigor e das tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### **3.1.3 - Aquisição de fornecimento de eletricidade a que corresponde ao lote agregado nº 5: Baixa Tensão Especial ( BTE ) e Média Tensão ( MT ) ao abrigo do Acordo Quadro ( AQ-ENE-2011 ), para o fornecimento de eletricidade em regime livre para Portugal Continental**

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Em reunião ordinária da Câmara Municipal em 13/12/2011, foi aprovado o mandato administrativo que obrigava a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte a negociar em nome do Município o fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial ( BTE ) e Média Tensão ( MT ) ao abrigo do Acordo Quadro ( AQ-ENE-2011 ) celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. -----

----- Através do mail registado sob o nº 1669 em 13/04/2012, a CIMPIN enviou o relatório final constante da ata nº 4, datado de 10/04/2012, onde é proposta a adjudicação ao concorrente EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. pelo valor total de 702.209,40 € a que acresce IVA à taxa legal em vigor e as tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil. -----

----- Do montante global acima referido, e de acordo com as estimativas de consumo do Município de Pampilhosa da Serra que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, cabe ao Município de Pampilhosa da Serra o montante de 33.304,81 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e das tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil, o que de acordo com os valores para 2012 perfaz o valor total de 76.491,51 €. -----

----- Após análise do citado relatório final que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, verifica-se que o mesmo está de acordo com o preconizado nos critérios de adjudicação previstos, pelo que é entendimento dos serviços técnicos de obras e urbanismo que o mesmo merece aprovação, devendo a adjudicação ser efetuada ao concorrente EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. pelo montante de 33.304,81 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e das tarifas de Acesso a Rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ERSE, a vigorar para cada ano civil, o que de acordo com os valores para 2012 perfaz o valor total de 76.491,51 €. -----

----- Mais se informa que o prazo de vigência do contrato é o que consta do artigo 4º do caderno de encargos e da proposta da EDP Comercial, Comercialização de Energia S.A. e que é de 12 meses após a sua assinatura. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### **3.1.4 - Substituição de retenções em dinheiro por garantia bancária**

- Empreitada: Construção de Edifício de Armazéns \_ Z.I. de Portela de Unhais

- Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Para efeitos do disposto no artigo 353º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro, o Município reteve no pagamento dos valores correspondentes nos autos de medição nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7 e nº 8 a quantia de 24.304,93 € (vinte e quatro mil trezentos e quatro euros e noventa e três centavos), emitida em 02/04/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A.---

----- Assim, a citada firma vem solicitar a aceitação da citada garantia bancária e a devolução do montante anteriormente e acima referido, retido a título de caução nos termos do disposto no artigo 353º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Atendendo a que a garantia agora apresentada em nada diminui as obrigações da adjudicatária nem as garantias para com o Município, entendem os serviços técnicos de obras desta Autarquia que poderá ser aceite a presente garantia bancária nº 00375149, no valor de 24.304,93 € (vinte e quatro mil trezentos e quatro euros e noventa e três centavos), emitida em 02/04/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A. -----

----- Mais se entende que poderá ser devolvido o montante de 24.304,93 € (vinte e quatro mil trezentos e quatro euros e noventa e três centavos) anteriormente retido. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### **3.1.5 - Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento Esgotos Domésticos de Maria Gomes - Isenção de taxa de ligação**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- *" O sistema de drenagem e tratamento de esgotos domésticos de Maria Gomes encontra-se em funcionamento, estando os moradores a proceder à ligação dos seus sistemas prediais à rede pública. -----*

----- No seguimento da informação datada de 24 de janeiro de 2012, onde foram identificados os proprietários que autorizaram a implantação de troços de coletor nos seus terrenos, verificou-se que não foi incluído o senhor José Manuel Alves o qual de igual modo autorizou a referida implantação, em terreno de que é proprietário e identificado na planta anexa, sem que tivesse sido solicitada por este qualquer indemnização por esse facto. -----

----- Assim, atendendo à colaboração e disponibilidade demonstrada, bem como à deliberação tomada no mesmo sentido relativamente aos proprietários anteriormente apresentados, leva-se à consideração superior a possibilidade de isentar o senhor José Manuel Alves do pagamento de qualquer valor na celebração do contrato de recolha de efluentes da sua habitação sita em Maria Gomes. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

## **4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA**

### **4.1 - EDUCAÇÃO**

#### **4.1.1 - Protocolo de FCT - Formação em Contexto de Trabalho**

- Curso Profissional Técnico de Contabilidade
- Luís Filipe Nunes Barata



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho - Curso Profissional Técnico de Contabilidade, celebrado no dia 16 de Abril de 2012, entre o Agrupamento de Escolas da Sertã - Escola Secundária da Sertã, e Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, tendo como objetivo estabelecer, entre as duas entidades, as atividades a desenvolver pelo formando, Luís Filipe Nunes Barata, natural e residente em Sobral Valado, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, durante a Formação em Contexto de Trabalho, do Curso Profissional Técnico de Contabilidade. -----

----- O referido estágio decorrerá entre 26 de Abril e 27 de Junho de 2012. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo e deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

#### 4.2 - AÇÃO SOCIAL

##### 4.2.1 - Informação Social

###### - Etelvina Barata - Vidual de Cima

----- Foi presente a Informação nº 14/2012, do Gabinete de Ação Social, a remeter Informação Social, onde são descritas as dificuldades sociais e económicas do agregado familiar de Etelvina Barata, de Vidual de Cima, pelo que foi solicitado a atribuição de apoio económico, no valor de 1.210 € + IVA, tendo por base o relatório de avaliação das condições habitacionais realizadas pelos Serviços da Autarquia, para os arranjos mencionados no referido relatório. -----

----- Face à situação descrita e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir o apoio solicitado. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

##### 4.2.2 - Construção de Instalações Sanitárias na habitação de João Antão Dias - Machialinho

###### - Orçamentos

----- Foi presente a Informação nº 126 - Ação Social/Habitação, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do pedido de orçamentos para a Construção de Instalações Sanitárias na





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*habitação de João Antão Dias, sita em Machialinho, venho por este meio informar que das três empresas a que se solicitou orçamento, apenas duas responderam ao pedido, apresentando os seguintes valores para os trabalhos a realizar: -----*

*----- CFA Construções Lda - 3.850,00 € + IVA à taxa em vigor; -----*

*----- Pampipedra Construções Lda - 3.019,75 € + IVA à taxa em vigor. -----*

*----- Em anexo e para devida apreciação, seguem os orçamentos remetidos pelas referidas empresas. À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar o orçamento de Pampipedra Construções, Lda, pelo valor de 3.019,75 € + IVA à taxa em vigor, para a construção de Instalações Sanitárias na habitação de João Antão Dias, sita em Machialinho. -----*

*----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----*

## 5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

### 5.1 - GABINETE FLORESTAL

#### 5.1.1 - Concurso tendente a Alienação do Lote de 40 m3 de Lenha

*----- Foi presente a Ata do Concurso tendente a Alienação do Lote de 40 m3 de Lenha, do seguinte teor: -----*

*----- " Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelas dez horas, em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra realizada no dia 28 de Fevereiro de dois mil e doze, reuniu o Júri constituído por Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, intervindo neste ato como Presidente, como Vogal Anabela Nunes Martins, Técnica Superior, António Barata Dias, Encarregado Geral Operacional, intervindo neste ato como vogal, dado que os vogais suplentes nomeados para fazerem parte do Júri, conforme deliberação do Executivo Camarário tomada na reunião ordinária referida supra se encontrarem ausentes, a fim de analisarem as eventuais reclamações que, no decurso do período de audiência prévia, pudessem ter sido apresentadas pelos concorrentes, e dado que o prazo da mesma terminara em 19 de Abril do corrente ano. -----*

*----- Pelo referido Presidente foi então declarado estarem abertos os trabalhos, tendo-se verificado não terem sido apresentadas quaisquer reclamações e/ou pedidos de esclarecimento por parte dos concorrentes ao concurso em questão, no decurso do período de audiência prévia. -----*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

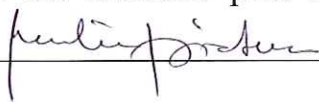
----- Assim, tendo em conta o conteúdo das propostas enviadas pelos concorrentes, atendendo que a proposta apresentada pelo Concorrente nº 3 - Luís Miguel Brito de Jesus - 600,00€ (Seiscentos Euros), ultrapassa os critérios e parâmetros mínimos definidos nos elementos patenteados a concurso é entendimento unânime do Júri que o lote de 40 m<sup>3</sup> de lenha posto a concurso, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, seja alienado a Luís Miguel Brito de Jesus dado que a proposta do concorrente em causa vai de encontro aos interesses do Município, respeitando os critérios e parâmetros exigidos.-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, foi declarada encerrada a sessão, pelo que se exarou a presente ata, que vai ser datada e assinada pelos membros do Júri."-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, , que a subscrevi.-----

